

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	32.774
Preferenciais	0
Total	32.774
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	601.877	630.000
1.01	Ativo Circulante	2.957	59.554
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.957	100
1.01.03	Contas a Receber	0	59.454
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	59.454
1.02	Ativo Não Circulante	598.920	570.446
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	224.168	222.355
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	224.168	222.355
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	111.350	109.537
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	112.818	112.818
1.02.02	Investimentos	374.742	348.080
1.02.02.01	Participações Societárias	374.742	348.080
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	35.250
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	374.741	312.829
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1
1.02.03	Imobilizado	10	11
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10	11

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	601.877	630.000
2.01	Passivo Circulante	113.354	1.746
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	93	21
2.01.01.01	Obrigações Sociais	93	21
2.01.01.01.01	Folha de Pagamento	13	0
2.01.01.01.02	Encargos Sociais	80	21
2.01.02	Fornecedores	1	1
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1	1
2.01.03	Obrigações Fiscais	5	4
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5	4
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5	4
2.01.05	Outras Obrigações	3.026	1.720
2.01.05.02	Outros	3.026	1.720
2.01.05.02.04	Outros Credores	3.026	1.720
2.01.06	Provisões	110.229	0
2.01.06.02	Outras Provisões	110.229	0
2.01.06.02.04	Provisão p/Desvalorização das Particip. em Controladas	110.229	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.387.485	3.355.526
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.965.304	1.931.860
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.965.304	1.931.860
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.965.304	1.931.860
2.02.02	Outras Obrigações	1.422.181	1.423.666
2.02.02.02	Outros	1.422.181	1.423.666
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.422.181	1.421.946
2.02.02.02.04	Outros Credores	0	1.720
2.03	Patrimônio Líquido	-2.898.962	-2.727.272
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.863.295	-3.691.605
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-9.431	-9.431

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-140.071	-276.598
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-434	-303
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	430	430
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-145.479	-273.995
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.412	-2.730
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-140.071	-276.598
3.06	Resultado Financeiro	-31.619	-24
3.06.01	Receitas Financeiras	1.825	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.444	-24
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-171.690	-276.622
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-29
3.08.01	Corrente	0	-29
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-171.690	-276.651
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-171.690	-276.651
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-5,23900	-8,44100
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-5,23900	-8,44100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-171.690	-276.651
4.03	Resultado Abrangente do Período	-171.690	-276.651

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-332	-404
6.01.01	Outros Recebimentos	8	0
6.01.02	Pagamento a Fornecedores	-104	-140
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos	-244	-194
6.01.04	Pagamento de Tributos	-3	-34
6.01.05	Pagamento de Outras Despesas Operacionais	-1	-36
6.01.06	Resultado Financeiro	12	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.954	0
6.02.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-7.900	0
6.02.02	Integralização de Capital em Controlada	-48.600	0
6.02.03	Recebimento de Alienação de Participação Societária	59.454	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	235	470
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	235	470
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.857	66
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100	6
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.957	72

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.691.605	-9.431	-2.727.272
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.691.605	-9.431	-2.727.272
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-171.690	0	-171.690
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-171.690	0	-171.690
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.863.295	-9.431	-2.898.962

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.078.553	0	-2.104.789
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.078.553	0	-2.104.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-276.651	0	-276.651
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-276.651	0	-276.651
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.355.204	0	-2.381.440

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	-145.479	-273.995
7.01.02	Outras Receitas	-145.479	-273.995
7.01.02.01	Outros Resultados	-145.479	-273.995
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-93	-49
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63	-49
7.02.04	Outros	-30	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-145.572	-274.044
7.04	Retenções	-1	55
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	-1
7.04.02	Outras	0	56
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-145.573	-273.989
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.667	-2.300
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.412	-2.730
7.06.02	Receitas Financeiras	1.825	0
7.06.03	Outros	430	430
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-137.906	-276.289
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-137.906	-276.289
7.08.01	Pessoal	256	229
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	84	109
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.444	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-171.690	-276.651
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-171.690	-276.651

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	632.639	664.889
1.01	Ativo Circulante	249.400	225.512
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	956	143
1.01.02	Aplicações Financeiras	139.522	84.942
1.01.03	Contas a Receber	65.609	36.222
1.01.03.01	Clientes	4.369	4.334
1.01.03.01.01	Consumidores	4.547	4.506
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-178	-172
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	61.240	31.888
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	61.240	31.888
1.01.04	Estoques	2.885	4.128
1.01.07	Despesas Antecipadas	161	174
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	40.267	99.903
1.01.08.03	Outros	40.267	99.903
1.01.08.03.01	Devedores Diversos	38.556	96.936
1.01.08.03.04	Outros Créditos	0	146
1.01.08.03.05	Transações com Partes Relacionadas	1.711	2.821
1.02	Ativo Não Circulante	383.239	439.377
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	278.374	300.952
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	112.620	109.537
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	112.620	109.537
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	165.754	191.415
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	164.887	191.297
1.02.01.09.09	Outros Créditos	867	118
1.02.02	Investimentos	71.978	104.752
1.02.02.01	Participações Societárias	71.978	104.752
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	7.063	41.137
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64.915	63.615
1.02.03	Imobilizado	32.131	32.917
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.131	32.917
1.02.04	Intangível	756	756
1.02.04.01	Intangíveis	756	756
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	756	756

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	632.639	664.889
2.01	Passivo Circulante	134.288	23.532
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.844	1.939
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.844	1.939
2.01.02	Fornecedores	756	346
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	756	346
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.001	5.286
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.970	5.257
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.953	4.292
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	466	448
2.01.03.01.04	Outros	551	517
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8	1
2.01.03.02.01	ICMS	8	1
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	23	28
2.01.03.03.01	ISS	23	28
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.808	3.324
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.808	3.324
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.808	3.324
2.01.05	Outras Obrigações	11.650	12.637
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.036	21
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.036	21
2.01.05.02	Outros	7.614	12.616
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	1.984	1.924
2.01.05.02.07	Outros Credores	3.342	8.846
2.01.05.02.08	Obrigações Estimadas	2.288	1.846
2.01.06	Provisões	110.229	0
2.01.06.02	Outras Provisões	110.229	0
2.01.06.02.04	Provisão para Desvalorização de Participação Societária	110.229	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.397.313	3.368.629
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.973.049	1.942.723
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.973.049	1.942.723
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.973.049	1.942.723
2.02.02	Outras Obrigações	1.422.181	1.424.121
2.02.02.02	Outros	1.422.181	1.424.121
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.422.181	1.421.946
2.02.02.02.08	Outros Credores	0	2.175
2.02.03	Tributos Diferidos	148	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	148	0
2.02.04	Provisões	1.935	1.785
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.935	1.785
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.935	1.785
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-2.898.962	-2.727.272
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.863.295	-3.691.605
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-9.431	-9.431

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.464	10.076
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.448	-10.149
3.03	Resultado Bruto	6.016	-73
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-149.121	-274.840
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.296	-2.919
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	430	430
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-145.479	-273.995
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	224	1.644
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-143.105	-274.913
3.06	Resultado Financeiro	-28.585	-1.709
3.06.01	Receitas Financeiras	5.364	4.024
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.949	-5.733
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-171.690	-276.622
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-29
3.08.01	Corrente	0	-29
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-171.690	-276.651
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-171.690	-276.651
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-171.690	-276.651
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-5,23900	-8,44100
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-5,23900	-8,44100

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-171.690	-276.651
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-171.690	-276.651
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-171.690	-276.651

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.350	430
6.01.01	Recebimentos de Clientes	13.190	10.335
6.01.02	Outros Recebimentos	8	0
6.01.03	Pagamentos a Fornecedores	-8.081	-5.127
6.01.04	Pagamento de Salários e Encargos	-6.740	-5.663
6.01.05	Pagamento de Tributos	-3.504	-2.018
6.01.06	Pagamento de Outras Despesas Operacionais	-264	-350
6.01.07	Resultado Financeiro	2.041	3.253
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	59.305	2.428
6.02.01	Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-3.703	-7.010
6.02.02	Recebimento de Alienação de Participação Societária	59.454	0
6.02.03	Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	0	9.420
6.02.04	Outros	3.554	18
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-562	-301
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	235	470
6.03.02	Pagamento de Serviço da Dívida	-797	-771
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.393	2.557
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	85.085	70.891
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	140.478	73.448

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.691.605	-9.431	-2.727.272	0	-2.727.272
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.691.605	-9.431	-2.727.272	0	-2.727.272
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-171.690	0	-171.690	0	-171.690
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-171.690	0	-171.690	0	-171.690
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.863.295	-9.431	-2.898.962	0	-2.898.962

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.078.553	0	-2.104.789	0	-2.104.789
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.078.553	0	-2.104.789	0	-2.104.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-276.651	0	-276.651	0	-276.651
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-276.651	0	-276.651	0	-276.651
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.355.204	0	-2.381.440	0	-2.381.440

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	-129.964	-262.118
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.671	11.881
7.01.02	Outras Receitas	-145.479	-273.995
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-156	-4
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.025	-7.225
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.412	-1.279
7.02.04	Outros	-2.613	-5.946
7.03	Valor Adicionado Bruto	-133.989	-269.343
7.04	Retenções	-856	-812
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-856	-868
7.04.02	Outras	0	56
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-134.845	-270.155
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.018	6.098
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	224	1.644
7.06.02	Receitas Financeiras	5.364	4.024
7.06.03	Outros	430	430
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-128.827	-264.057
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-128.827	-264.057
7.08.01	Pessoal	6.415	5.042
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.499	1.819
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.949	5.733
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-171.690	-276.651
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-171.690	-276.651

I – DESEMPENHO OPERACIONAL INDIVIDUAL**INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS INDIVIDUAIS**

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais			
Indicadores	31/03/2014	31/03/2015	Variação 31/03/2014 - 31/03/2015
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	278	349	25,54%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(303)	(434)	43,23%
EBITDA (R\$ mil)	(302)	(433)	43,38%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(276.651)	(171.690)	-37,94%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais			
Indicadores	31/12/2014	31/03/2015	Variação 31/12/2014 - 31/03/2015
Liquidez Seca	34,10882	0,02609	-99,92%
Liquidez Corrente	34,10882	0,02609	-99,92%
Ativo Total - (R\$ mil)	630.000	601.877	-4,46%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.357.272	3.500.839	4,28%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(2.727.272)	(2.898.962)	6,30%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Até 30/06/2009 a Companhia manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/03/2015, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, sendo que o adiantamento no valor de R\$100.000 mil, de 29 de dezembro de 2011, foi aportado posteriormente pela Celgpar na Coligada Celg D, em decorrência do acordo firmado entre a Celgpar, Estado de Goiás e Eletrobras, bem como o adiantamento de R\$1.270.111, de 16 de maio de 2012, posteriormente aportado na Coligada Celg D. Os demais AFAC ocorridos serviram para a manutenção das atividades operacionais da Controladora e quitação do IOF incidente sob a operação de empréstimo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro/2014:

Comentário do Desempenho

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
31/10/2014	235
28/11/2014	235
31/03/2015	235
TOTAL	1.422.181

Em função da Companhia ainda não possuir uma fonte própria de geração de Receita Operacional, observa-se a impossibilidade de se efetuar os cálculos dos indicadores relacionados a este parâmetro de análise.

De maneira geral, verifica-se que a Companhia apresenta baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante. De 01/01/2014 até 30/06/2014, observou-se que a maior concentração das obrigações da Companhia se referia à Provisão para Desvalorização em Participações Societárias Permanentes, efetuada em função da situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D, situação esta modificada no 3º trimestre de 2014, em função da mudança na estrutura de capital da Celgpar pelo empréstimo captado na Caixa Econômica Federal em setembro/2014, classificado como Passivo Não Circulante, e cuja parte dos recursos foi utilizada para capitalizar a Coligada Celg D, reduzindo sensivelmente a situação de Passivo a Descoberto desta Coligada e, por sua vez, a respectiva Provisão para Desvalorização dessa participação societária no exercício de 2014. Já no primeiro trimestre de 2015, verificou-se o retorno na situação de Passivo Descoberto na Celg D, obrigando, por sua vez, a Celgpar a reconhecer novamente a Provisão de forma proporcional à sua participação acionária.

Comentário do Desempenho

II – DESEMPENHO OPERACIONAL CONSOLIDADO

CONSUMO FATURADO – R\$ MIL

Apresenta-se abaixo o total do consumo faturado pela Coligada Celg D no primeiro trimestre de 2015:

CLASSES	JAN-MAR/2015
Residencial	661.815
Industrial	298.523
Comercial	345.588
Rural	100.160
Poderes Públicos	57.148
Iluminação Pública	58.100
Serviços Públicos	43.285
Consumo Próprio	674
Total	1.565.293
Suprimento	7.194
TOTAL	1.572.487

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/03/2014	31/03/2015	Variação 31/03/2014 - 31/03/2015
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	11.881	15.671	31,90%
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	10.076	13.464	33,62%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	6.721	8.436	25,52%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(2.992)	1.720	157,49%
EBITDA (R\$ mil)	(2.124)	2.576	221,28%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(276.651)	(171.690)	-37,94%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	-29,69%	12,77%	143,02%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	-21,08%	19,13%	190,76%
Margem Líquida - PREJUÍZO LÍQUIDO/ROL (%)	-2745,64%	-1275,18%	53,56%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/12/2014	31/03/2015	Variação 31/12/2014 - 31/03/2015
Liquidez Seca	9,40779	1,83572	-80,49%
Liquidez Corrente	9,58321	1,85720	-80,62%
Ativo Total - (R\$ mil)	664.889	632.639	-4,85%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.392.161	3.531.601	4,11%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(2.727.272)	(2.898.962)	6,30%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Comentário do Desempenho

De maneira geral, verifica-se que a Controladora, sua Controlada e sua Coligada apresentavam baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante, situação esta modificada em função da mudança na estrutura de capital ocorrida, em função do deslocamento da maior obrigação da Controladora, anteriormente classificada no Passivo Circulante (Provisão para Desvalorização da Participação Societária Permanente na Coligada Celg D), para o Passivo Não Circulante (Empréstimo junto à Caixa Econômica Federal).



**Companhia Celg de Participações -
CELGP**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Informações Trimestrais
Consolidadas em IFRS
Trimestre findo em
31 de março de 2015**

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	2.957	100	140.478	85.085
Consumidores	4	-	-	4.547	4.506
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(178)	(172)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	61.240	31.888
Devedores diversos	5	-	59.454	38.556	96.936
Transações com Partes Relacionadas	29	-	-	1.711	2.821
Outros créditos	6/9.2.b	-	-	-	146
Estoques	7	-	-	2.885	4.128
Despesas antecipadas	-	-	-	161	174
Total do ativo circulante		<u>2.957</u>	<u>59.554</u>	<u>249.400</u>	<u>225.512</u>
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	164.887	191.297
Transações com Partes Relacionadas	29	224.168	222.355	112.620	109.537
Outros Créditos	6/9.2.b/18	-	-	867	118
Total do realizável a longo prazo		<u>224.168</u>	<u>222.355</u>	<u>278.374</u>	<u>300.952</u>
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	9	374.742	348.080	71.978	104.752
INTANGÍVEL	10	10	11	32.131	32.917
	11	-	-	756	756
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>598.920</u>	<u>570.446</u>	<u>383.239</u>	<u>439.377</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>601.877</u>	<u>630.000</u>	<u>632.639</u>	<u>664.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14/9.2.e	1	1	756	346
Folha de Pagamento	19	-	-	1.844	1.939
Tributos e Contribuições Sociais	15	85	25	4.001	5.286
Obrigações Estimadas	16	13	-	2.288	1.846
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	5.808	3.324
Taxas Regulamentares	17	-	-	1.984	1.924
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	110.229	-	110.229	-
Transações com Partes Relacionadas	29	-	-	4.036	21
Outros Credores	19	3.026	1.720	3.342	8.846
Total do Passivo Circulante		113.354	1.746	134.288	23.532
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.181	1.421.946	1.422.181	1.421.946
Empréstimos e Financiamentos	13	1.965.304	1.931.860	1.973.049	1.942.723
Tributos e Contribuições Sociais	15	-	-	148	-
Provisões para Contingências	18	-	-	1.935	1.785
Outros Credores	19	-	1.720	-	2.175
Total do Passivo não Circulante		3.387.485	3.355.526	3.397.313	3.368.629
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	20	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	20	(3.863.295)	(3.691.605)	(3.863.295)	(3.691.605)
Outros Resultados Abrangentes	20	(9.431)	(9.431)	(9.431)	(9.431)
Total do Patrimônio Líquido		(2.898.962)	(2.727.272)	(2.898.962)	(2.727.272)
TOTAL DO PASSIVO		601.877	630.000	632.639	664.889

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE MARÇO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		01/01/2015 - 31/03/2015	01/01/2014 - 31/03/2014	01/01/2015 - 31/03/2015	01/01/2014 - 31/03/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	13.464	10.076
CUSTO OPERACIONAL	22				
Pessoal e Administradores		-	-	(2.853)	(2.607)
Entidade de Previdência Privada		-	-	(78)	(60)
Materiais		-	-	(29)	(74)
Serviços de terceiros		-	-	(1.044)	(904)
Depreciação		-	-	(850)	(862)
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa		-	-	(6)	(4)
Taxa de fiscalização		-	-	(33)	(48)
Energia comprada para revenda		-	-	-	(3.465)
Recuperação de Custos		-	-	43	14
Tributos		-	-	(18)	(103)
Custo da Construção		-	-	(2.202)	(1.757)
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos		-	-	(78)	(78)
Outros		-	-	(300)	(201)
		-	-	(7.448)	(10.149)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		-	-	6.016	(73)
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(434)	(303)	(4.296)	(2.919)
		(434)	(303)	(4.296)	(2.919)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(434)	(303)	1.720	(2.992)
OUTRAS RECEITAS	21.3.2	430	430	430	430
OUTRAS DESPESAS	22	(145.479)	(273.995)	(145.479)	(273.995)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(145.483)	(273.868)	(143.329)	(276.557)
RECEITAS FINANCEIRAS	26				
Rendas		1.825	-	4.642	2.620
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	700	1.326
Outras		-	-	22	78
		1.825	-	5.364	4.024
DESPESAS FINANCEIRAS	26				
Encargos de dívida		(33.444)	(24)	(33.647)	(3.334)
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	(228)	(2.232)
Outras		-	-	(74)	(167)
		(33.444)	(24)	(33.949)	(5.733)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(31.619)	(24)	(28.585)	(1.709)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		5.412	(2.730)	224	1.644
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(171.690)	(276.622)	(171.690)	(276.622)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		-	(29)	-	(29)
Contribuição Social		-	(9)	-	(9)
Imposto de Renda		-	(20)	-	(20)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(171.690)	(276.651)	(171.690)	(276.651)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(171.690)	(276.651)	(171.690)	(276.651)
RESULTADO POR AÇÃO	27				
Resultado por ação ordinária - básico					
Resultado por ação ordinária - diluído		(5,239)	(8,441)	(5,239)	(8,441)
		(5,239)	(8,441)	(5,239)	(8,441)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico					
Resultado por ação ordinária - diluído		(5,239)	(8,441)	(5,239)	(8,441)
		(5,239)	(8,441)	(5,239)	(8,441)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS TRIMESTRES FINDOS EM
31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE MARÇO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	01/01/2015 - 31/03/2015	01/01/2014 - 31/03/2014	01/01/2015 - 31/03/2015	01/01/2014 - 31/03/2014
PREJUÍZO LIQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(171.690)	(276.651)	(171.690)	(276.651)
Resultado Abrangente Consolidado do Período	(171.690)	(276.651)	(171.690)	(276.651)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE MARÇO DE 2014 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	-	(2.104.789)
Prejuízo Líquido do Período	-	(276.651)	-	(276.651)
Saldos em 31 de março de 2014	973.764	(3.355.204)	-	(2.381.440)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Período	-	(171.690)	-	(171.690)
Saldos em 31 de março de 2015	973.764	(3.863.295)	(9.431)	(2.898.962)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor - Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE MARÇO DE 2014 - CONSOLIDADA

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	-	(2.104.789)
Prejuízo Líquido do Período	-	(276.651)	-	(276.651)
Saldos em 31 de março de 2014	973.764	(3.355.204)	-	(2.381.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Período	-	(171.690)	-	(171.690)
Saldos em 31 de março de 2015	973.764	(3.863.295)	(9.431)	(2.898.962)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sôter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE MARÇO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
				REAPRESENTADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	13.190	10.335
Outros Recebimentos	8	-	8	-
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedoros	(104)	(140)	(8.081)	(5.127)
- Salários e Encargos	(244)	(194)	(6.740)	(5.663)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(1)	(36)	(264)	(350)
- Tributos	(3)	(34)	(3.504)	(2.018)
Resultado Financeiro	12	-	2.041	3.253
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(332)	(404)	(3.350)	430
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	-	(3.703)	(7.010)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	(7.900)	-	-	-
- Integralização de Capital em Controlada	(48.600)	-	-	-
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	59.454	-	59.454	-
- Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	-	9.420
- Outros	-	-	3.554	18
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	2.954	-	59.305	2.428
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	235	470	235	470
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(797)	(771)
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	235	470	(562)	(301)
CAIXA LÍQUIDO DO PERÍODO	2.857	66	55.393	2.557
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	100	6	85.085	70.891
Saldo final de Caixa e Equivalentes	2.957	72	140.478	73.448
	2.857	66	55.393	2.557

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE MARÇO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	REF.	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1				
Receitas de Vendas de Energia e Serviços		-	-	15.671	11.881
Provisões/Reversões-Créditos Liq. Duvidosa		-	-	(156)	(4)
Outros Resultados		(145.479)	(273.995)	(145.479)	(273.995)
		<u>(145.479)</u>	<u>(273.995)</u>	<u>(129.964)</u>	<u>(262.118)</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2				
Serviços de Terceiros		63	49	1.336	1.181
Materiais		-	-	76	98
Outros Custos Operacionais		30	-	2.613	5.946
		<u>93</u>	<u>49</u>	<u>4.025</u>	<u>7.225</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	<u>(145.572)</u>	<u>(274.044)</u>	<u>(133.989)</u>	<u>(269.343)</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4				
Provisões Operacionais		-	(56)	-	(56)
Depreciação, amortização e exaustão		1	1	856	868
		<u>1</u>	<u>(55)</u>	<u>856</u>	<u>812</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	<u>(145.573)</u>	<u>(273.989)</u>	<u>(134.845)</u>	<u>(270.155)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6				
Receitas Financeiras		1.825	-	5.364	4.024
Outros Resultados		430	430	430	430
Resultado da Equivalência Patrimonial		5.412	(2.730)	224	1.644
		<u>7.667</u>	<u>(2.300)</u>	<u>6.018</u>	<u>6.098</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	<u>(137.906)</u>	<u>(276.289)</u>	<u>(128.827)</u>	<u>(264.057)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	8	<u>256</u>	<u>229</u>	<u>6.415</u>	<u>5.042</u>
GOVERNO	9	<u>84</u>	<u>109</u>	<u>2.499</u>	<u>1.819</u>
FINANCIADORES	10	<u>33.444</u>	<u>24</u>	<u>33.949</u>	<u>5.733</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	11	<u>(171.690)</u>	<u>(276.651)</u>	<u>(171.690)</u>	<u>(276.651)</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	<u>(137.906)</u>	<u>(276.289)</u>	<u>(128.827)</u>	<u>(264.057)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO
PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO
DE 2014
(em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL DA CELGP**

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades:

<u>CONTROLADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT</u>	<u>100 %</u>
<u>COLIGADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D</u>	<u>49 %</u>

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA COLIGADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

As ações de emissão da Celg D, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) dessas, nos termos do Inciso I e Parágrafo único, do art. 253, da Lei nº 6.404/76, foram alienadas pela Celgpar, segundo condições divulgadas ao Mercado, por intermédio dos Avisos aos Acionistas, de 23 de setembro, 21 de outubro, e 6 e 18 de novembro de 2014.

Assim sendo, verifica-se que do total das ações de emissão da Celg D, representadas por 150.711.576 (Cento e cinquenta milhões, setecentas e onze mil, e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, parcela equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) foi objeto de alienação pela Celgpar.

A alienação destas ações da Celg D ocorreu no prazo do exercício do Direito de Preferência, período entre 23 de setembro e 30 de outubro de 2014, e, também, no prazo de aquisição de sobras de ações: primeiro rateio, entre 6 e 12 de novembro de 2014; e segundo rateio de sobras, entre 18 e 24 de novembro de 2014.

Desta forma, e após esta alienação, a Celgpar permaneceu com uma participação de 49% (quarenta e nove por cento) do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 (setenta e três milhões, oitocentas e quarenta e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações ordinárias. Nos termos da

Notas Explicativas

NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da Celgpar na Celg D, após este processo de alienação, configura-se como uma participação acionária em Sociedade Coligada.

Com relação ao percentual de alienação de 51% (cinquenta e um por cento) das ações da Celg D, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, e duzentas e sete) ações ordinárias, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social da Celg D, passando à situação de Controladora em proporção acionária e, por sua vez, mantendo a sua condição anterior de preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D – vinculado ao acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo de Goiás, a Eletrobras e a Celgpar.

Por sua vez, a Bovespa, na condição de proprietária fiduciária, adquiriu 100.833 (cem mil e oitocentas e trinta e três) ações ordinárias de emissão da Celg D, equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) no cômputo total das ações, em nome de 16 (dezesseis) investidores.

A Coligada CELG Distribuição S.A. - Celg D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Coligada detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.738.641 consumidores, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº. 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Subsidiária e o acionista majoritário, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos (Ver Nota Explicativa nº. 31-b – Outras Informações), conforme previsto na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A ANEEL editou em 9 de setembro de 2014 a Resolução Homologatória nº. 1.789, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Coligada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 24,27% (vinte e quatro inteiros e vinte e sete centésimos por cento), a partir de 12 de setembro de 2014. O Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Coligada Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

Notas Explicativas

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui 03 usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes a rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Estas concessões são as seguintes:

<u>Geração</u>	<u>Localidade</u>	<u>Contrato</u>	<u>Data concessão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Capacidade instalada (MW)</u>	<u>Capacidade utilizada (MW)</u>
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos ¹	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					<u>16,360</u>	<u>16,360</u>

¹ - Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Celg GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial.

Notas Explicativas

<u>Transmissão</u>	<u>Localidade</u>	<u>Contrato</u>	<u>Data concessão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Capacidade instalada (MVA)</u>
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	1.989

¹ - Ver Nota Explicativa nº. 31.c - Outras Informações - Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 31-c – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVACÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo e Mosquito; 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAP desta atividade.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As Informações Trimestrais da Controladora, de sua Controlada e Coligada são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 31 de março de 2015. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de

Notas Explicativas

maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Informações Trimestrais.

III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Coligada são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Informações Trimestrais da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Informações Trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir das Informações Trimestrais individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Informações Trimestrais consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa coligada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Informações Trimestrais consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e coligada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Informações Trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na coligada Celg D foi ajustado pela equivalência patrimonial nas Informações Trimestrais consolidadas à razão percentual de 49% (quarenta e nove por cento), incluindo os respectivos ajustes, quando cabíveis, na provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária.
- a.3. As Informações Trimestrais consolidadas incluem as Informações Trimestrais individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de março de 2015, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

Notas Explicativas

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua Coligada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Informações Trimestrais.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do trimestre.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2015.

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Coligada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.b e 4.c.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010.

g. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder

Notas Explicativas

concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – R1 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, aguardando a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 8.

h. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as Informações Trimestrais individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às Informações Trimestrais individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das Informações Trimestrais individuais, Informações consolidadas. O IASB admite as Informações Trimestrais individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas Informações o nome de Informações Trimestrais separadas, tornando-as diferentes das Informações Trimestrais individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das Informações Trimestrais Individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das Informações Trimestrais separadas.

i. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e coligada, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Notas Explicativas

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

j. Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 – R1 (Ativo Intangível), ITG 01 – R1 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Informações Trimestrais, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do trimestre.

l. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Informações Trimestrais, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e coligada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

m. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 março de 2015 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

Notas Explicativas

n. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Coligada são patrocinadoras da Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

o. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Coligada, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 – R1 (Contratos de Construção) e NBC TG 30 – R1 (Receitas), mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 – R1 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Informações Trimestrais, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

p. Estimativas

A preparação das Informações Trimestrais requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e coligada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Informações Trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;

Notas Explicativas

- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

q. PIS e COFINS

Na Coligada Celg D e na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Informações Trimestrais, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de setembro de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do trimestre.

s. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores

Notas Explicativas

ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas Informações Trimestrais da Companhia, de sua controlada e de sua coligada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As Informações Trimestrais são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua coligada.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às seguintes aplicações: a) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – SICOOBJURISCREDCELG, na modalidade RDC – Longo Pós CDI; b) Caixa Econômica Federal – CAIXA, na modalidade CDB FLEX Empresarial; c) Banco Itaú S.A., em fundos de investimento; d) Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., em CDB; e e) Banco Bradesco S.A., em CDB. Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários a vista	24	66	956	143
Aplicações financeiras de curto prazo	2.933	34	139.522	84.942
TOTAL	2.957	100	140.478	85.085

NOTA 4 – CONSUMIDORES

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	244	1.850
- Rede Básica	2.692	2.642
- Energia Elétrica de Curto Prazo	1.597	-
Total	4.533	4.492
Outras Rendas		
- Outras Rendas	14	14
Total	14	14
TOTAL CIRCULANTE	4.547	4.506

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/03/2015					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/03/2015	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/03/2015	SALDO 31/03/2015
Concessionárias						
Suprimento	233	2	9	244	-	244
Rede Básica	2.473	27	192	2.692	-	2.692
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.597	-	-	1.597	-	1.597
Outras Rendas	14	-	-	14	-	14
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(178)	(178)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	4.317	29	201	4.547	(178)	4.369
TOTAL DO CIRCULANTE	4.317	29	201	4.547	(178)	4.369

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2014					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2014	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2014	SALDO 31/12/2014
Concessionárias						
Suprimento	1.841	5	4	1.850	-	1.850
Transmissão de Energia Elétrica	2.376	32	234	2.642	-	2.642
Outras Rendas	14	-	-	14	-	14
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(172)	(172)
TOTAL CONCESSIONÁRIAS	4.231	37	238	4.506	(172)	4.334
TOTAL DO CIRCULANTE	4.231	37	238	4.506	(172)	4.334

Notas Explicativas

- a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.
- b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no trimestre findo em 31 de março de 2015:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2014	172
Provisão no período	6
Saldo em 31 de março de 2015	178

- c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2015		31/12/2014	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS								
IRRF a Compensar	-	-	-	-	1.917	-	1.432	-
PIS diferido	-	-	-	-	-	-	107	-
COFINS diferida	-	-	-	-	-	-	493	-
CSLL a Compensar	-	-	-	-	11	-	-	-
Outros Tributos	-	-	-	-	176	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	2.104	-	2.032	-
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras (a) (b)	-	-	59.454	-	36.442	-	94.898	-
Outros	-	-	-	-	10	-	6	-
SUBTOTAL	-	-	59.454	-	36.452	-	94.904	-
TOTAL GERAL	-	-	59.454	-	38.556	-	96.936	-

(a) Valor de Indenização dos Ativos de Transmissão que entraram em operação após 31 de maio de 2000, nos termos da Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 8.

(b) Valor referente ao montante devido pela Eletrobras à Celgpar, decorrente do processo de alienação de 50,93% das ações ordinárias da Celg Distribuição S.A. - Celg D

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/03/2015		31/12/2014	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Cauções e Depósitos Vinculados a Litígio	-	867	146	118
TOTAL	-	867	146	118

Notas Explicativas

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014
Estoques de Materiais	2.885	4.128
TOTAL	2.885	4.128

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 31-C

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 – R1 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos após a renovação desta concessão:

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		
- Ativo Financeiro - Bens Reversíveis (c)	61.240	31.888
TOTAL CIRCULANTE	61.240	31.888
NÃO CIRCULANTE		
Ativo Financeiro - Bens Reversíveis (c)	24.462	50.872
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (d)	140.425	140.425
Ativo Financeiro - Concessões Indenizadas (a)	73.638	73.638
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável (b)	(73.638)	(73.638)
TOTAL NÃO CIRCULANTE	164.887	191.297
TOTAL GERAL	226.127	223.185

(a) Indenização sendo paga pelas Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, conforme Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 5;

(b) Conforme Item 12.1-alínea 54 do Anexo ao Despacho Aneel Nº 155, de 23 de janeiro de 2013.

(c) Refere-se a Bens Reversíveis dos Ativos de Transmissão que se encontram em curso;

(d) Refere-se a Concessões a serem indenizadas, referente a ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (RBSE e RPC), das concessionárias de transmissão de energia elétrica que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº. 12.783/2013.

Notas Explicativas

A Resolução Normativa Aneel nº. 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão não indenizadas, para fins de indenização. Os critérios de cálculo, para estes fins, utilizarão o Item 7 do Submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret, tendo sido estabelecido que cada concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação que contemplará estes ativos, com vistas a se obter o respectivo VNR, procedimento este efetuado pela Controlada Celg GT, cujos serviços encontram-se em andamento. O cronograma destes serviços informado a Aneel prevê a finalização em até 15 (quinze) meses contados a partir de 31 de dezembro de 2013, tendo sido solicitada a prorrogação deste prazo pela Controlada junto ao órgão regulador. A Administração entende que a avaliação, tomando por base os critérios de determinação do respectivo banco de preços, não apresentará descolamento dos valores consignados na Contabilidade da Controlada Celg GT, sendo que possíveis indicativos de *impairment* estão sendo avaliados no decorrer dos trabalhos de avaliação, especificamente pela apresentação, antes de qualquer formalização junto ao órgão regulador, dos resultados parciais com vistas à apreciação para possíveis ajustes, no que couber. Além disto, efetuou-se o teste de *impairment* destes ativos na data base de 31 de dezembro de 2014, comparando-se o valor contábil com o respectivo valor recuperável, fundamentado no valor em uso estimado pelos fluxos de caixa futuros, não tendo sido detectado, por sua vez, indicativos de provisionamento para a redução ao valor recuperável destes ativos.

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

Descrição					CONSOLIDADO
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2015
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	297.132	1.704	(2)	1.240	300.074
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável	(73.638)	-	-	-	(73.638)
Obrigações especiais	(309)	-	-	-	(309)
Total	223.185	1.704	(2)	1.240	226.127

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Participação na Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D	-	35.250	-	35.250
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	366.841	312.829	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	7.900	-	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	1	1	14	14
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	58.657	58.529
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	1.858	1.858
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	3.017	3.085
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	5.191	4.029
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	3.241	1.987
TOTAL	374.742	348.080	71.978	104.752

- (a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Notas Explicativas

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	<u>100,0%</u>

- (b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

- (c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).
- (d) SPEs referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2
SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA
LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
TOTAL		100,0%

Empreendimento	Acionistas	Participação
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
TOTAL		100,0%

- (e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituída a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Notas Explicativas

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
TOTAL		100,0%

9.1 Investimentos em Controlada e Coligada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Coligada são apresentadas a seguir:

DESCRICÃO	INVESTIMENTO DA CELGP PAR NA			
	COLIGADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CONTROLADA CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Capital Social da Controlada/Coligada	3.475.679	3.475.679	378.325	329.725
Quantidade de Ações	150.711	150.711	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	49%	49%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada/Coligada	(224.958)	71.938	366.841	312.829
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	71.938	(1.029.792)	312.829	315.327
Aumento de Capital na Controlada/Coligada	-	1.680.700	48.600	-
Resultado da Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D (b)	(296.896)	(569.539)	-	-
Outros Resultados Abrangentes (b)	-	(9.431)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada Celg GT (b)	-	-	5.412	(2.498)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada Celg GT e Coligada Celg D	-	35.250	366.841	312.829
Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D (a)	(110.229)	-	-	-

(a) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo), em 31 de março de 2015 totalizou R\$ 110.229 mil, comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2014 que encontrava-se com saldo zerado, em função do decréscimo justificado pelo Aumento de Capital efetuado pela Celgpar nesta Subsidiária no exercício social de 2014, objeto das tratativas de transferência de até 51% das ações desta à Eletrobras, conforme item 2.1.2 da Cláusula Segunda, da Promessa de Compra e Venda de Ações assinada em 26 de agosto de 2014.

(b) A Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D apresentou um prejuízo líquido de R\$ 296.896 mil, e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT apresentou um lucro líquido de R\$ 5.412 mil ao final do trimestre encerrado em 31 de março de 2015.

9.1.a - Investimentos em Coligada com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

DESCRICÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D	110.229	-	110.229	-
TOTAL	110.229	-	110.229	-

Notas Explicativas

9.2 Investimento na Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Coligada Celg D do montante consolidado na posição de 31 de março de 2015, e por tratar-se de investimento relevante, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que afetaram o valor patrimonial do investimento efetuado nessa Coligada no trimestre, sendo que estes não estão refletidos rubrica a rubrica nas Informações Trimestrais Consolidadas da Celgpar.

9.2.a – Serviços em Curso

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

9.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604/2002 normatizando a subvenção de igual valor via Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, bem como a Resolução Homologatória Aneel nº. 1.613, de 5 de setembro de 2013.

A Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Coligada Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Coligada encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Coligada, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Coligada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

Notas Explicativas

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Coligada Celg D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da Celgpar e Celg D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras.

9.2.c – Outros Créditos – Estado de Goiás (Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – CELG D – FUNAC)

Por meio da Lei nº. 17.555, de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – Celg D – FUNAC, regulamentado pelo Decreto nº. 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para o adimplemento das obrigações provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, assumidos nos Termos de Acordos de Acionistas e de Gestão firmados com a Eletrobras, bem como no Temo de Cooperação do respectivo fundo. Observa-se que os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás.

9.2.d – Créditos Fiscais

A Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza. O montante ativado destes créditos ao final do trimestre encerrado em 31 de março de 2015 totalizou R\$ 184.443 mil.

9.2.e – Contratos com Fornecedores

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da Coligada Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

- (a) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. O referido Termo foi aditivado em setembro de 2014, com cronograma de amortização da dívida em 48 parcelas mensais, vencíveis a partir de 30 de setembro de 2015;
- (b) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Coligada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a.

9.2.f – Encargos Setoriais

- (a) CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE: Refere-se às quotas mensais, conforme Resolução Homologatória nº. 1.857, de 27 de fevereiro de 2015;
- (b) PESQUISA & DESENVOLVIMENTO - P&D e PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar anualmente 1% de sua receita operacional líquida, sendo 0,5% em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e 0,5% em programa de eficiência energética;
- (c) PROGRAMA DE INCENTIVO A FONTES ALTERNATIVAS – PROINFA: Refere-se ao encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso de redes

Notas Explicativas

elétricas a consumidores livres, para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos. O Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, assinado em 29 de junho de 2012, parcelou o montante em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo o saldo devedor atualizado mensalmente com base na variação da taxa SELIC pro rata die. O valor da parcela de amortização é calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo este termo aditivado prorrogando o prazo de início da amortização para 30 de setembro de 2015.

9.2.g – Energia comprada para Revenda

A Energia comprada para Revenda pela Coligada Celg D sofreu a interferência das seguintes variáveis, ocorrendo o respectivo incremento do montante adquirido:

- Exposição involuntária que forçou a compra no MCP (Mercado de Curto Prazo), com respectiva elevação do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças);
- Aumento de pagamento a título de parcela variável de grande parte dos contratos por disponibilidade vigentes (Despacho das Usinas Termelétricas);

9.2.h – Debêntures

Em 3 de abril de 2014 a Coligada Celg D efetuou a primeira emissão de Debêntures simples, em série única, com garantia real, não conversíveis em ações, para a distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais), com vencimento em 3 de abril de 2019, e remuneradas pela variação da taxa de 100% do CDI, acrescida de 7,44% a.a. com base em um ano de 252 dias úteis. A continuidade da operação, nos prazos originalmente pactuados, está condicionada à prorrogação, por mais 30 (trinta) anos, do Contrato de Concessão nº. 63/2000. Na hipótese de não verificação dessa condição até 15 de junho de 2015, a Coligada Celg D será obrigada a resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures em circulação, sendo este resgate parcelável em até 5 (cinco) prestações mensais consecutivas.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens. O valor recuperável destes ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/03/2015			31/12/2014	
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(16)	10	11
TOTAL	26		(16)	10	11

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/03/2015			31/12/2014	
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	19.097	2,00%	(12.119)	6.978	7.150
Terrenos	273	0,00%	-	273	273
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	29.900	2,00%	(21.216)	8.684	9.135
Máquinas e Equipamentos	23.228	10,00%	(14.787)	8.441	8.672
Móveis e Utensílios	101	10,00%	(68)	33	35
Subtotal	72.599		(48.190)	24.409	25.265
Em curso:					
Geração	3.441	-	-	3.441	3.372
Administração Central	4.285	-	-	4.285	4.284
Obrigações Especiais	(4)	-	-	(4)	(4)
Subtotal	7.722		-	7.722	7.652
TOTAL	80.321		(48.190)	32.131	32.917

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Depreciação			Depreciação		
	Saldos em 31/12/2014		Saldos em 31/03/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Saldos em 31/03/2015
Imobilizado em Serviço	26	-	26	28.743	-	28.743
(-) Depreciação	(15)	(1)	(16)	(3.478)	-	(4.334)
Obrigações Especiais	-	-	-	(4)	-	(4)
(-) Amortização	-	-	-	-	-	-
Total em Serviço	11	(1)	10	25.261	-	24.405
Imobilizado em Curso	-	-	-	7.656	70	7.726
Total do Imobilizado	11	(1)	10	32.917	70	32.131

- a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.
- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Notas Explicativas

- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e distribuição.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: 2.537 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

NOTA 11 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo consolidado em 31 de março de 2015 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014
- Ativo Intangível	756	756
TOTAL	756	756

Movimentação: não houve movimentação do Ativo Intangível no período.

NOTA 12 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.181	1.421.946	1.422.181	1.421.946
TOTAL	1.422.181	1.421.946	1.422.181	1.421.946

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Coligada CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Coligada Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Coligada em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme

Notas Explicativas

deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de março de 2015 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.070 mil.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA					
	31/03/2015			31/12/2014		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL						
Caixa Econômica Federal - CAIXA (d)	65.304	-	1.900.000	31.860	-	1.900.000
Total em Moeda Nacional	65.304	-	1.900.000	31.860	-	1.900.000

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/03/2015			31/12/2014		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL						
Eletrobras (b)	-	4.076	3.882	-	2.329	6.211
Caixa Econômica Federal - CAIXA (d)	65.304	-	1.900.000	31.860	-	1.900.000
CDSA (c)	-	119	-	-	135	-
Eletra (a)	-	1.613	3.863	-	860	4.652
Total em Moeda Nacional	65.304	5.808	1.907.745	31.860	3.324	1.910.863

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. **ELETRA** - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Refere-se a reembolsos pela execução de serviços e fornecimentos de materiais para construção de ativos de interligação destas empresas à rede da Controlada Celg GT;
- d. Refere-se ao Contrato de Financiamento firmado entre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e a Celgpar nº. 0412.113-76/2014, firmado em 11 de setembro de 2014 nas seguintes condições: Prazo total do contrato de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, sendo a carência de 36 (trinta e seis) meses e o prazo de amortização de 120 (cento e vinte) meses. Sobre o principal da dívida, no período de carência até o vencimento da dívida, incidirão juros à taxa anual nominal de 6,8% a.a. (seis inteiros e oito décimos por cento ao ano). Os recursos deste financiamento, conforme cláusula terceira do contrato, foram utilizados no Aumento de Capital da Coligada Celg D (Ver NE

Notas Explicativas

9.1), no firmamento de contrato de mútuo com a Coligada Celg D (Ver NE 29) e em outras aplicações na Coligada Celg D que geraram o firmamento de instrumento de cessão de créditos desta para a Celgpar (Ver NE 29);

e. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:

- Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
- Aplicações Financeiras;
- Garantias prestadas pela União no Contrato com a Caixa mencionado no item 13.e;
- Contra garantias prestadas pelo Governo do Estado de Goiás no Contrato com a Caixa mencionado no item 13.e, nos seguintes moldes: a) quotas dos quais é titular, referente aos artigos 157 e 159 da Constituição de República; e b) receitas próprias a que se refere o artigo 155 da Constituição da República.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONTROLADORA - 31/03/2015						CONTROLADORA - 31/12/2014					
INDEXADOR	CAIXA	Total				INDEXADOR	CAIXA	Total			
SEM INDEXADOR	1.965.304	1.965.304				SEM INDEXADOR	1.931.860	1.931.860			
Total	1.965.304	1.965.304				Total	1.931.860	1.931.860			

CONSOLIDADO - 31/03/2015							CONSOLIDADO - 31/12/2014						
INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total		INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total	
IPCA	119	-	-	-	119		IPCA	135	-	-	-	135	
IGP-M	-	-	-	-	-		IGP-M	-	-	-	-	-	
SEM INDEXADOR	-	1.965.304	7.958	-	1.973.262		SEM INDEXADOR	-	1.931.860	8.540	-	1.940.400	
INPC	-	-	-	5.476	5.476		INPC	-	-	-	5.512	5.512	
Total	119	1.965.304	7.958	5.476	1.978.857		Total	135	1.931.860	8.540	5.512	1.946.047	

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONTROLADORA - 31/03/2015				CONSOLIDADO - 31/03/2015				
Ano	Empréstimos bancários	Total		Ano	Empréstimos bancários	Eletra	Eletrobras/ Outras Instituições	Total
2015	-	-		2015	-	671	1.866	2.537
2016	-	-		2016	-	942	2.329	3.271
2017	65.510	65.510		2017	65.510	998	2.329	68.837
2018	196.530	196.530		2018	196.530	1.058	1.553	199.141
2019	196.530	196.530		2019	196.530	1.122	-	197.652
2020	196.530	196.530		2020	196.530	685	-	197.215
2021	196.530	196.530		2021	196.530	-	-	196.530
2022	196.530	196.530		2022	196.530	-	-	196.530
2023	196.530	196.530		2023	196.530	-	-	196.530
2024	196.530	196.530		2024	196.530	-	-	196.530
2025	196.530	196.530		2025	196.530	-	-	196.530
2026	196.530	196.530		2026	196.530	-	-	196.530
2027	131.024	131.024		2027	131.024	-	-	131.024
Total	1.965.304	1.965.304		Total	1.965.304	5.476	8.077	1.978.857

Notas Explicativas**NOTA 14 – FORNECEDORES**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica	-	-	400	201
Imobilizações em Curso	-	-	400	201
TOTAL	-	-	400	201
Materiais e Serviços	1	1	356	145
TOTAL	1	1	756	346

NOTA 15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015		31/12/2014	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
ICMS	-	-	8	-	1	-
INSS	19	20	348	-	337	-
PIS - CORRENTE	-	-	83	-	59	-
PIS - DIFERIDO	-	-	-	27	21	-
COFINS - CORRENTE	-	-	383	-	272	-
COFINS - DIFERIDO	-	-	-	121	96	-
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	5	4	5	-	936	-
IMPOSTO DE RENDA - DIFERIDO	-	-	2.157	-	2.157	-
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	-	-	-	410	-
CONTRIBUICAO SOCIAL - DIFERIDO	-	-	777	-	776	-
IRRF	-	-	14	-	13	-
ISS	-	-	23	-	28	-
FGTS	2	1	95	-	144	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	59	-	59	-	-	-
OUTROS	-	-	49	-	36	-
TOTAL	85	25	4.001	148	5.286	-

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
	2015	2014	2015	2014
Folha de Pagamento (a)	13	-	2.288	1.846
TOTAL CIRCULANTE	13	-	2.288	1.846

a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

Notas Explicativas

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 1.935 mil.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

NOTA 19 – OUTROS CREDORES E FOLHA DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015		31/12/2014	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Caixa Econômica Federal (a)	3.022	1.720	3.022	-	1.720	1.720
Folha de Pagamento - Inclui Plano de Demissão Voluntária (PDV)	4	-	1.844	-	1.939	455
Concessionárias e permissionários de energia elétrica	-	-	48	-	6.981	-
Outros	-	-	272	-	145	-
TOTAL	3.026	1.720	5.186	-	10.785	2.175

- a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e coligada.

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/03/2015	NO TRIMESTRE	31/12/2014
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(3.691.605)	-	(3.691.605)
(+/-) Resultado do Trimestre	(171.690)	(171.690)	-
Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	-	(9.431)
Total do Patrimônio Líquido	(2.898.962)	(171.690)	(2.727.272)

Notas Explicativas

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiáspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Coligada Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Coligada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.
- O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;
- (c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 março de 2015 o montante de R\$ 1.422.181 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT e Coligada Celg D.
- (d) Os outros resultados abrangentes se referem ao reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Coligada Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma.

NOTA 21 – RECEITA DE SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014
Suprimento (21.1)	4.514	2.618
Receita de Construção (21.2) (21.3)	2.202	1.757
Outras Receitas (21.3)	8.955	7.506
(-) Deduções da Receita (21.4)	(2.207)	(1.805)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.464	10.076

Notas Explicativas

21.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO			
	MWH		R\$mil	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Suprimento	6.201	12.825	4.514	2.618
TOTAL GERAL	6.201	12.825	4.514	2.618

21.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 – R1 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento dos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 2.202 mil e R\$ 1.757 mil respectivamente.

21.3 Outras Receitas:

21.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/03/2015	31/03/2014
Arrendamentos e Alugueis	42	43
Serviços de Operação e Manutenção (a)	8.913	7.463
Serviços de Construção (b)	2.202	1.757
TOTAL	11.157	9.263

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Refere-se à receita de construção das obras de transmissão de energia elétrica.

21.3.2 – Outras Receitas Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGPAR - CAIXA	430	430	430	430
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	430	430	430	430

21.4 Deduções da Receita:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014
PIS	222	167
COFINS	1.024	770
Quota para reserva global de reversão	68	69
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	75	64
Conta de desenvolvimento energético	348	230
Outros encargos - PROINFA	470	505
TOTAL	2.207	1.805

NOTA 22 – CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal e Administradores	256	229	256	229
Serviços de Terceiros	63	49	63	49
Depreciação/Amortização	1	1	1	1
Provisão/Reversão para Contingências	-	(56)	-	(56)
Tributos	84	80	84	80
Outras	30	-	30	-
TOTAL	434	303	434	303

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	3.465	-	-	-	3.465
Pessoal e Administradores	2.853	2.607	3.406	2.309	6.259	4.916
Entidade de Previdência Privada	78	60	78	66	156	126
Material	29	74	47	24	76	98
Serviços de Terceiros	1.044	904	292	277	1.336	1.181
Depreciação/Amortização	850	862	6	6	856	868
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	6	4	-	-	6	4
Provisão/Reversão para Contingências	-	-	-	(56)	-	(56)
Taxa Fiscalização	33	48	-	-	33	48
Tributos	18	103	163	109	181	212
Recuperação de Custos/Despesas	(43)	(14)	(5)	(15)	(48)	(29)
Custos de Construção	2.202	1.757	-	-	2.202	1.757
Comp. Financeira Utilização de Rec. Hídricos	78	78	-	-	78	78
Outras	300	201	309	199	609	400
TOTAL	7.448	10.149	4.296	2.919	11.744	13.068

Notas Explicativas

As outras despesas operacionais, especificadas na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

DESCRIÇÃO - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	(145.479)	(273.995)	(145.479)	(273.995)
TOTAL - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(145.479)	(273.995)	(145.479)	(273.995)

NOTA 23 – SEGUROS

A Companhia, sua Controlada e sua Coligada, em 31 de março de 2015, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto por atividade:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo que está sendo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados (Ver Nota Explicativa 8), a Administração da Controladora optou por avançar com estas definições ao longo do exercício de 2015, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo;
- 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Coligada Celg D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento.

NOTA 24 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no trimestre findo em 31 de março de 2015, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

NOTA 25 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Coligada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No trimestre findo em 31 março de 2015, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de março/2015, foram R\$32 mil e R\$3 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$32 mil e R\$3 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada e Coligada.

Notas Explicativas

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2015:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	81	45	96	222
Salário ou pró-labore	81	45	96	222
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	81	45	96	222

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da diretoria foram remunerados pela Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2015:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	3	3	32
Valor da menor remuneração individual	3	3	32
Valor médio da remuneração individual	3	3	32

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da diretoria foram remunerados pela Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

NOTA 26 – RESULTADO FINANCEIRO

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2015 - 31/03/2015	01/01/2014 - 31/03/2014	01/01/2015 - 31/03/2015	01/01/2014 - 31/03/2014
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	700	1.326
Rendas	1.825		4.642	2.620
Outras	-	-	22	78
Total das Receitas	1.825	-	5.364	4.024
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(228)	(2.232)
Encargos de Dívidas	(33.444)	(24)	(33.647)	(3.334)
Outras - inclui IOF			(74)	(167)
Total das Despesas	(33.444)	(24)	(33.949)	(5.733)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(31.619)	(24)	(28.585)	(1.709)

NOTA 27 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2015 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o trimestre findo em 31 de março de 2014 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/03/2015	31/03/2014
Prejuízo Líquido do Período Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(171.690)	(276.651)
Total	(171.690)	(276.651)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(5,239)	(8,441)

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R3 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R3 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R1 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia, sua Controlada e Coligada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como

Notas Explicativas

concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Coligada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:

A Coligada está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Coligada analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Coligada. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, já refletido no incremento do montante de energia comprada no trimestre findo em 31 de março de 2015 pela Coligada (Ver Nota 9.2.g) ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é

Notas Explicativas

calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

a.6 Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos:

Em 29 de junho de 2006, através de Medida Provisória nº. 303, o Governo Federal anunciou um novo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS III ou Parcelamento Excepcional – PAEX. A Subsidiária possui valores inseridos no PAEX, e a eventual exclusão desse programa implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e a automática execução das garantias prestadas. A Administração da Coligada entende ser remota a possibilidade de exclusão desse programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.

NOTA 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	-	-	1.251	2.361
Energética Corumbá III S.A. (5)			460	460
TOTAL:	-	-	1.711	2.821
Ativo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D (3)	111.350	109.537	111.350	109.537
Celg Distribuição S.A.-Celg D (2)	-	-	1.270	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (4)	112.818	112.818	-	-
TOTAL:	224.168	222.355	112.620	109.537
Passivo Circulante				
Energética Fazenda Velha S.A. (6)	-	-	4.000	-
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (1) (2)	-	-	36	21
TOTAL:	-	-	4.036	21

(1) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(2) Refere-se a transações entre as Controladas Celg D e Celg GT, decorrentes da utilização da rede básica e valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(3) Valor referente ao Contrato de Mútuo firmado entre a Celgpar e Celg D, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa;

(4) Valor referente ao Contrato de Cessão de Créditos firmado entre a Celgpar, a Celg D e a Celg GT, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa;

(5) Refere-se ao valor dos dividendos propostos do exercício de 2014;

(6) Refere-se ao valor do empréstimo de mútuo não econômico a ser devolvido em 4 parcelas no exercício de 2015.

NOTA 30 – PLANO DE APOSENTADORIA

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por

Notas Explicativas

finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICA	Total
Quantidade	1
Idade Média Atual	73,50
Tempo Médio de Empresa	19,25
Salário de Participação Médio	R\$ 3.196,68

Notas Explicativas

d) Custo do Patrocinador

Até o final do trimestre findo em 31 de março de 2015, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 3 mil.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), não se apurou Déficit Atuarial no Plano BD para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Após a respectiva análise dos benefícios de risco oferecidos pelo plano para os participantes ativos, que são os que geram passivos pós-emprego para as empresas patrocinadoras do plano com seus colaboradores em atividade, identificou-se que não há atualmente passivo pós-emprego com o participante, devido a sua idade avançada e situação de elegibilidade.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Coligada pela Eletrobras avançaram nos exercícios de 2012, 2013 e por todo o exercício de 2014, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da Celgpar, para a Eletrobras. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015.

b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Coligada Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência

Notas Explicativas

Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, de maneira específica, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por intermédio da Lei nº. 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Desta forma, a Lei nº. 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, porém impondo, ao novo Contrato de Concessão a ser assinado, novas condições a serem pré-estabelecidas pelo poder concedente, condições estas que, pelo contrato de concessão, deveriam ser obrigatoriamente apresentadas à Concessionária até o dia 7 de janeiro de 2014. A Aneel, por intermédio do Ofício Circular nº. 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, informou, dentro de sua competência regulatória, estar realizando a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou rejeição dos pedidos efetuados pelas Concessionárias.

A expectativa da Administração da Coligada Celg D, Controlada pela Eletrobras, é a de que o pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de até 30 anos. Além disto, a Administração da Coligada Celg D entende que, caso não haja tempo hábil até o final do prazo do contrato de concessão para que o Poder Concedente realize uma ampla discussão, tanto com a Coligada, quanto com os demais agentes que detêm concessões vincendas em julho de 2015, e aprove o pedido de prorrogação da concessão, poderá ocorrer uma prorrogação de caráter provisório do contrato de concessão por um prazo estimado de dois anos.

c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Sob este enfoque a Controlada Celg GT enviou correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, manifestando o interesse na prorrogação de seus contratos de concessão descritos na Nota Explicativa nº. 1.3.

A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – Celgpar, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012.

As premissas das prorrogações apontam que as tarifas de geração foram definidas em R\$ 129,12653 (cento e vinte e nove reais, e doze mil, seiscentos e cinquenta e três centésimos de

Notas Explicativas

milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de São Domingos, e R\$ 204,08464 (duzentos e quatro reais, e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de Rochedo, pela Portaria nº. 578, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Estado de Minas e Energia (“MME”) e do Ministério de Estado da Fazenda.

A Receita Anual Permitida – RAP para a concessão de transmissão foi ratificada em R\$ 16.468.803,68 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), pela Portaria nº. 579, de 31 de outubro de 2012, do MME.

Por intermédio da Portaria Interministerial nº. 580, de 1º de novembro de 2012, ficou estabelecido o valor da indenização das concessões de transmissão, sendo este fixado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), não tendo sido definida a indenização para a concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, e inexistindo a indenização para Usina Hidrelétrica de Rochedo.

O MME apresentou deferimento aos requerimentos das prorrogações dos prazos das concessões de geração e transmissão, atribuindo o seguinte:

CONCESSÃO	VENCIMENTO COM A PRORROGAÇÃO
Usina Hidrelétrica de São Domingos	24 de maio de 2041
Usina Hidrelétrica de Rochedo	31 de dezembro de 2042
Concessão de Transmissão	31 de dezembro de 2042

A Administração da Controlada Celg GT, após uma criteriosa avaliação da nova metodologia de cálculo da receita, e de forma conjunta aos interesses dos acionistas, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial.

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta Portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sido recebido parceladamente pela Celg GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as

Notas Explicativas

providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas encontram-se na esfera judicial com os seguintes andamentos:

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais encontram-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de recurso pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.

d. Conciliação entre o Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(171.690)	(276.651)	(171.690)	(276.651)
MAIS	178.924	276.750	182.880	282.324
Depreciação	1	1	856	868
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	145.479	273.995	145.479	273.995
Perda de Equivalência Patrimonial	-	2.730	158	10
Custo da Construção	-	-	2.202	1.757
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	6	4
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	33.444	24	33.880	5.690
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	299	-
MENOS	(7.237)	(163)	(5.409)	(5.750)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(5.412)	-	(382)	(1.686)
Receita da Construção	-	-	(2.202)	(1.757)
Reversão da Provisão para Contingências	-	(163)	-	(163)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(1.825)	-	(2.825)	(2.144)
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	(329)	(340)	(9.131)	507
Contas a receber	-	-	(68)	403
Créditos fiscais	-	-	(72)	(121)
Outros devedores	59.454	-	59.450	1.424
Variações Ativas - Transação com partes relacionadas	(56.500)	-	(56.661)	(302)
Estoques	-	-	3	1
Despesas pagas antecipadamente	-	-	12	(63)
Fornecedores	-	(10)	210	(106)
Folha de pagamento	-	7	(554)	(427)
Tributos e contribuições sociais	60	87	122	(966)
Obrigações estimadas	13	-	378	(1)
Taxas regulamentares	-	-	60	78
Variações Passivas - Transação com partes relacionadas	-	-	16	4
Outros credores	(414)	(406)	(7.392)	(505)
Receitas financeiras recebidas	-	-	8	2.115
Despesas financeiras pagas	-	-	(243)	(238)
Tributos sobre o lucro	-	-	(1.458)	(771)
Outras variações ativas e passivas	(2.942)	(18)	(2.942)	(18)
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(332)	(404)	(3.350)	430

e. Autorização de Emissão das Informações Trimestrais

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Informações Trimestrais são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 março de 2015, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Informações.

Esta autorização é de competência da diretoria, tendo sido autorizada a emissão das Informações Trimestrais em 14 de maio de 2015. Além disto, estas Informações Trimestrais foram apreciadas em Reunião do Conselho Fiscal da Celgpar, realizada em 15 de maio de 2015.

Notas Explicativas

f. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- a) No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 março de 2015 o montante de R\$ 1.422.181 mil (Ver NE 12);
- b) Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- c) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Controlada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13);
- d) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, no sentido de se criar condições para o estabelecimento de um fluxo de dividendos desta Coligada, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, mediante a sua prorrogação. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Coligada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Ciríneu Dias.

Membros: Simão Ciríneu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À

DD. DIRETORIA DA

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP

GOIÂNIA – GO

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfases

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 2 III (a2 e a3), as ações de emissão da Celg D, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) dessas, nos termos do Inciso I e Parágrafo único, do Art. 253, da Lei nº 6.404/76, foram alienadas pela CELGPARG, segundo condições divulgadas ao Mercado, por intermédio dos Avisos aos Acionistas, de 23 de setembro, 21 de outubro, e 6 e 18 de novembro de 2014. Com relação ao percentual de alienação de 51% (cinquenta e um por cento) das ações da Celg D, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquiriu 76.761.267 ações ordinárias, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social da Celg D, passando à situação de Controladora em proporção acionária e, por sua vez, mantendo a sua condição anterior de preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D – vinculado ao acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo de Goiás, a Eletrobras e a CELGPARG. Por sua vez, a Bovespa, na condição de proprietária fiduciária, adquiriu 100.833 ações ordinárias de emissão da Celg D, equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) no cômputo total das ações, em nome de 16 (dezesesseis) investidores. Desta forma, e após esta alienação, a CELGPARG permaneceu com uma participação de 49% (quarenta e nove por cento) do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 ações ordinárias. Nos termos da NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da CELGPARG na Celg D, após este processo de alienação, configura-se como uma participação acionária em Sociedade Coligada. Os investimentos na controlada e coligada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na coligada Celg D foi ajustado pela equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas à razão percentual de 49% (quarenta e nove por cento), incluindo os respectivos ajustes, quando cabíveis, na provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária. As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da CELGPARG na data base de 31 de março de 2015, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto). Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, letra “h”, as informações trimestrais individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conforme as normas internacionais de contabilidade. Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às informações trimestrais individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das informações trimestrais individuais, informações consolidadas. O IASB admite as informações trimestrais individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas informações o nome de informações trimestrais separadas, tornando-as diferentes das informações trimestrais individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das informações trimestrais Individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos. Por tudo isto, a controladora apresentará suas informações trimestrais individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das informações trimestrais separadas. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão não indenizadas, para fins de indenização. O cronograma destes serviços informado a ANEEL prevê a finalização em até 15 (quinze) meses contados a partir de 31 de dezembro de 2013, tendo sido solicitada a prorrogação deste prazo pela Controlada junto ao órgão regulador. A Administração da Companhia entende que a avaliação, tomando por base os critérios de determinação do respectivo banco de preços, não apresentará descolamento dos valores consignados na contabilidade da controlada CELG GT, sendo que possíveis indicativos de impairment estão sendo avaliados no decorrer dos trabalhos de avaliação, especificamente pela apresentação, antes de qualquer formalização junto ao órgão regulador, dos resultados parciais com vistas à apreciação para possíveis ajustes, no que couber. Além disto, efetuou-se o teste de impairment destes ativos na data-base de 31 de dezembro de 2014, comparando-se o valor contábil com o respectivo valor recuperável, fundamentado no valor em uso estimado pelos fluxos de caixa futuros, não tendo sido detectado, por sua vez, indicativos de provisionamento para a redução ao valor recuperável destes ativos. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2.b, a coligada CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, e nº 485, de 29 de agosto de 2002. O resultado da fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390 mil, encaminhado à coligada CELG D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 06 de fevereiro de 2007. A coligada encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 02 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da coligada, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, foi encaminhado à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da coligada CELG D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobrás, com interveniência da CELGPAR e CELG D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2.d, a coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza. O montante ativado destes créditos ao final do trimestre encerrado em 31 de março de 2015 totalizou R\$ 184.443 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a companhia, sua controlada e sua coligada, em 31 de março de 2015, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade: 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo que está sendo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controladora optou por avançar com estas definições ao longo do exercício de 2015, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo; e 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Coligada Celg D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a Companhia possui transações com partes relacionadas, decorrentes de utilização da rede básica, valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás e empréstimos. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (a), a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória nº 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Coligada pela Eletrobras avançaram nos exercícios de 2012, 2013 e por todo o exercício de 2014, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da CELGPAR, para a Eletrobras. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 ações ordinárias da CELG D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (b), com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias. A Coligada Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica. Por intermédio da Lei nº. 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas. A expectativa da Administração da Coligada Celg D, controlada pela Eletrobras, é a de que o pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de até 30 anos. Além disto, a Administração da Coligada Celg D entende que, caso não haja tempo hábil até o final do prazo do contrato de concessão para que o Poder Concedente realize uma ampla discussão, tanto com a Coligada, quanto com os demais agentes que detém concessões vincendas em julho de 2015, e aprove o pedido de prorrogação da concessão, poderá ocorrer uma prorrogação de caráter provisório do contrato de concessão por um prazo estimado de dois anos. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (c), em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013. A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – CELGP, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012. A Administração da Controlada CELG GT, de forma conjunta aos interesses dos acionistas, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial. Com relação à concessão de Transmissão, optou pela renovação da mesma, tendo assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 05 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740 mil, vem sendo recebido parceladamente pela CELG GT. Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações a Administração da CELG GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora CELGP, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da CELG GT. Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora CELGP e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à CELG GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações. Neste sentido, foram implementadas medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº 579. Estas medidas encontram-se em andamento na esfera judicial. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As demonstrações contábeis da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 2.898.962 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 20, letra (c) e nº 31 letra (f), objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a administração da CELGP pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais: a) No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da CELGP, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 março de 2015 o montante de R\$ 1.422.181 mil; b) Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores; c) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Controlada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014; e d) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, no sentido de se criar condições para o estabelecimento de um fluxo de dividendos desta Coligada, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, mediante a sua prorrogação. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Coligada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As informações contábeis da CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. No trimestre, devido ao prejuízo ocorrido no valor de R\$ 296.896 mil, o patrimônio líquido ficou negativo em R\$ 224.958 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

A controlada CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT, no trimestre, apresentou um lucro de R\$ 5.412 mil, mantendo ainda um prejuízo acumulado de R\$ 11.484 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos período. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Goiânia, 15 de maio de 2015.

UHY MOREIRA – AUDITORES

CRC RS 3717 S GO

HERALDO S.S. DE BARCELLOS

Contador CRC RS 11609 S GO

CNAI Nº 43

Responsável Técnico